

# INTEGRAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO COMO CONSEQUÊNCIA DA EXPANSÃO CAPITALISTA NO BRASIL

*Integration and structure of the amazonian territory as a result of capitalist expansion in Brazil*

**José Antônio Herrera<sup>1</sup>**  
**José Queiroz de Miranda Neto<sup>2</sup>**  
**Rodolfo Pragana Moreira<sup>3</sup>**

**<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará – UFPA**

**Campus Universitário de Altamira**

Professor Doutor em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente da Faculdade de Geografia  
herrera@ufpa.br

**<sup>2</sup> Universidade Federal do Pará – UFPA**

**Campus Universitário de Altamira**

Professor Mestre em Geografia na área de concentração Gestão do Planejamento Regional da Faculdade de Geografia.  
mirandaneto@ufpa.br

**<sup>3</sup> Universidade Federal do Pará – UFPA**

**Campus Universitário de Altamira**

Bolsista no projeto de extensão Sujeito, conflitos e dinâmicas territoriais na Transamazônica Xingu  
roo.p-cb@live.com.

## RESUMO

O Brasil ao sofrer interferências externas em sua configuração social e econômica acarretou um quadro de desigualdades regionais que se acentua a cada tentativa de integração dos territórios, principalmente por adotar um modelo em que se apropria dos recursos naturais disponíveis com custos mínimos para o capital, formando diferentes territórios a partir da imposição do próprio capital. Neste sentido o texto tem em seu escopo uma reflexão acerca das consequências para a Amazônia, afinal a integração da Amazônia à dinâmica nacional desencadeou o processo de redefinição das relações sociais transformando a configuração de região para constituir-se um território pautado pela coexistência e disputa de racionalidades quanto à posse da terra, ao uso dos recursos naturais e a expectativa de reprodução social. O período da história econômica da Amazônia pautada nos moldes dual cede espaço às relações complexas no valor de troca em que os sujeitos vivem à expansão do capital no território. Ao invés de região fronteira a Amazônia passa a ser um território de fronteiras, condicionadas pelo capital que se vale das adversidades para estabelecer suas diferentes formas na configuração necessária para sua reprodução e expansão.

**Palavras-chave:** Amazônia. Território. Expansão Capitalista

## ABSTRACT

The Brazil to undergo external interference in its configuration led to a social and economic framework of regional inequalities that accentuates every attempt to integrate the territories, mainly by adopting a model in which appropriates natural resources available at minimal cost to the capital, forming different territories from the imposition of capital itself. In this sense the text is in scope for reflection on the consequences of this dynamic for Amazon, after the integration of the Amazon to the national economic triggered the redefinition of social relations transforming the zone configuration to constitute a territory ruled by the coexistence and rationalities dispute as to ownership of land, the use of natural resources and the expectation of social reproduction. The period of economic history guided along the lines of Amazon dual cedes space to complex relationships in the value of trade in which the subjects live on the capital expansion in the territory. Instead of the Amazon border region becomes a territory boundaries, conditioned by the capital team that relies adversity to establish its different forms in the configuration necessary for their reproduction and growth.

**Keywords:** Amazônia. Territory. Capitalist Expansion

## 1 INTRODUÇÃO

A formação econômica e social do Brasil foi estruturada por particularidades que resultaram num quadro de desenvolvimento assimétrico e desigualdades sociais. Mesmo com as frequentes reformas e mudanças nas diretrizes governamentais, ainda se evidencia, neste país, a alta concentração de renda, de riqueza e de terra. A prevalência desse cenário nos permite adentrar ao tema do subdesenvolvimento e de suas características em relação à estruturação do território brasileiro, com ênfase em áreas de expansão capitalista recente, como no caso da Amazônia.

Ao considerar as características do subdesenvolvimento, Furtado (2002, p. 30) explicita a afirmativa de que o mesmo não pode ser entendido como uma simples etapa no processo de formação das economias capitalistas, mas como, “uma situação particular, resultante da expansão destas, que buscam recursos naturais e mão de obra de áreas de economia pré-capitalistas”. Neste contexto, podemos visualizar no Brasil e em outros países latinos uma formação econômica diferenciada, marcada por um histórico de problemas estruturais e desigualdades inter-regionais que tiveram sua gênese na relação de dependência externa, especialmente a partir da exploração dos recursos naturais presentes em seu território.

Em cada estágio do processo de exploração capitalista, as transformações viabilizadas pelos agentes econômicos internacionais em relação aos países latino-americanos se deram sob a égide do desenvolvimento. No Brasil, especialmente, a ditadura militar pós 1964 inaugura um momento emblemático onde a ideologia do desenvolvimento passa a ser propagada massivamente nos meios de comunicação, ao mesmo tempo em que se aprofundam as adversidades sociais e os problemas ambientais. Essa afirmação fundamenta-se na reflexão feita por Brandão, para quem pensar o desenvolvimento.

Torna-se indispensável aprender a investigar e a realizar um balanço adequado das recorrências,

persistências e das rupturas e transformações ao longo de um processo histórico sem linearidades, indagando como se forjaram e evoluíram suas vias, padrões e estilos de desenvolvimento (BRANDÃO, 2011, p. 22).

A citação faz refletir sobre a noção de desenvolvimento aplicada ao Brasil em período recente, especialmente nos últimos 40 anos, focando na relação entre a expansão capitalista pelo território nacional, promovida por projetos integradores ou globalizantes e a ideia corrente de desenvolvimento como um processo linear e totalizante. O enfoque dado neste texto trata explicitamente das consequências da ideia promovida no Brasil para região amazônica, por se entender que existe uma vinculação própria entre as características do desenvolvimento imposto de fora e o processo de apropriação de fontes de recursos naturais disponíveis com custos mínimos para o capital na formação dos territórios amazônicos.

A reflexão feita parte de duas premissas, a primeira tem a consolidação do território a partir de relações de e pelo poder, onde assume a assertiva de Haesbaert (2005, p. 1) de que “território tem a ver com poder, mas não remete apenas ao tradicional poder político, mas também as inúmeras formas de poder, desde seu sentido mais concreto, de dominação, até suas formas mais simbólicas escamoteadas”. A segunda assume que a dinâmica econômica brasileira produz consequências (des)estruturantes ao expandir as fronteiras produtivas e econômicas no interior do país.

## 2 CONSEQUÊNCIAS DO MODELO DE INTEGRAÇÃO PARA A AMAZÔNIA

Notadamente, o Brasil tem sua formação econômica e social estabelecida por imposições capitalistas que acarretaram desigualdades socioterritoriais no interior. Para muitos teóricos, a expansão capitalista é facilitada pelo alargamento das fronteiras produtivas ocasionadas com a integração dependente de novas regiões à dinâmica econômica nacional, esta determinada pelas regiões centrais.

Brandão (2007) enfatiza que a natureza da integração é um processo de construção e soldagem de mercados. Na verdade, caracteriza-se como geração de complementaridades mercantis inter-regionais. Para o referido autor, a integração “não tem caráter natural, posto que seja um exercício de imposição de influência e comando complexos e contraditórios sobre as regiões aderentes” (BRANDÃO, 2007, p. 115). A integração é, portanto, resultado da intervenção humana no alicerce das diferentes escalas e períodos, faz-se condicionando a natureza e modificando as bases políticas, econômicas e sociais. Um exemplo clássico desta intervenção humana foi e ainda é a exploração econômica condicionada pelas necessidades das elites nacionais, induzidas pela demanda difundida no mercado global.

Uma consequência drástica da compilação do modelo econômico foi à modernização dolorosa do país, corresponsável pela elevação da concentração de renda e o controle econômico por uma minoria que se beneficia com a manutenção e valorização do capital. Segundo Damiani (2011, p. 17) “Isto ocorre porque no capitalismo, a finalidade da produção é o lucro, ou melhor, a produção de mais capital, e não da sofisticação das necessidades da população”. Se, por um lado, o mercado não se interessa pelo rompimento dos problemas sociais e pela melhoria das classes desfavorecidas, por outro, ao se apropriar das adversidades geográficas o capitalismo se valoriza em si mesmo, gerando maiores possibilidades de acumulação de riqueza para poucos e de dependência para muitos.

No espaço amazônico, a expansão do capitalismo tem alterado os meios de produção e as relações de produção, de modo que substitui os modelos tradicionais de uso dos recursos naturais por um sistema econômico integrado, globalizado, pautado na modernização e com sua forma própria de produção e organização do trabalho. Noutros termos, a exploração dos recursos naturais passa a ser feita de forma mais intensa, provocando a escassez de certos recursos, ameaçando a estabilidade ecológica e afetando

as populações que não acompanham a dinâmica do capital, sendo essas exploradas ou espoliadas em detrimento da produção capitalista.

A mudança no modelo de exploração determina a degradação do meio ambiente e o agravamento dos problemas sociais. A concentração de renda, além de impor o crescimento da miséria e da fome, estabelece o esgotamento dos solos, a extinção de algumas espécies e o aumento dos conflitos sociais.

Esses aspectos em muito são provocados pelo processo de inserção da região no mercado nacional e mundial promovida com a política de globalização da Amazônia, pautada na transformação da região em principal produtora e exportadora de produtos primários.

Atravessado a história de ocupação da região, que em muito foi estimulada pelo governo na década de 1970, mantiveram-se as relações arcaicas sob a dominação dos grandes agentes econômicos, que concentrava recursos financeiros capazes de empreender a transformação dos recursos naturais em capital. A expansão do capitalismo estabeleceu mecanismos de geração de lucros facilitados pela utilização predatória dos recursos naturais, sucumbindo à racionalidade das populações tradicionais e dos produtores familiares, os quais inviabilizados de produzirem práticas sustentadas foram incorporados à lógica do capital.

Segundo Picoli (2006) foi em função da parceria Estado e Capital, aquele o financiador e este o executor que a Amazônia passa a responder por demandas do mercado mundial. O autor destaca que

O Estado e o capital em conjunto regulam as ações de dominação da região. Eles usam da força conjunta para favorecer grupos organizados na economia e na política, tendo como objetivo final a expansão e a concentração do capital na região. Nessa estratégia, utilizam a superexploração e colocam a natureza a serviço de grandes conglomerados econômicos (PICOLI, 2006, p. 17).

Oliveira (2009, p. 83) definiu o processo de integração recente da Amazônia como “A reconquista da Amazônia”, que

quando realizada não se diferenciou da conquista original, da descoberta. A expressão reconquista conduz à geopolítica “como forma própria do mercantilismo [...], ancorada nas práticas ancestrais da colonização portuguesa no capítulo da expansão e da consolidação além-Tordesilhas”.

Para Brito (1999) a política implementada na Amazônia, com o discurso de desenvolvê-la, tendo o Estado como alocador de recursos via incentivos fiscais e creditícios, resultou na modificação da face econômica. Além dos conflitos sociais, as políticas públicas de desenvolvimento acarretaram impactos ambientais como desflorestamento e poluição dos rios.

O desenvolvimento contemporâneo e as desigualdades socioterritoriais moldaram o contexto amazônico principalmente após a década de 1970. Antes dessa, a Amazônia caracterizava-se por uma imensa região natural onde predominavam baixíssimas densidades demográficas e a atividade econômica praticada era o extrativismo vegetal: coleta do látex (borracha) nas seringueiras, de castanha-do-pará, guaraná, etc.

De acordo com Alonso e Castro (2006, p. 165) o objetivo central da política estatal para a Amazônia nos anos de 1970 e 1980 era a ocupação para a exploração de seus recursos naturais. A apropriação dos recursos tanto aumentou a exploração massificada de matérias-primas quanto às desigualdades sociais, favorecendo a expansão do capital no território.

O convite feito à Amazônia para se integrar à economia nacional não passou pela perspectiva de que a convidada se tornaria beneficiada. Pelo contrário, o processo resulta de interesses em canalizar e catalisar investimentos de outras regiões com baixo ou nenhum custo. Bem verdade, o processo de integração caracteriza uma grande imposição da estratégica parceria entre Estado e Capital, em que o financiador proporcionava condições ao executor para responder à demanda de participação no mercado mundial.

O processo de integração caracterizou a colonização interna do país, apoiado no argumento de que se tratava de uma região

atrasada, um vazio demográfico e econômico, logo desconsiderando a realidade social existente para atender a interesses de fora, assim sendo, a integração foi promovida em razão dos recursos existentes na região em atendimento ao capital.

Integrar a Amazônia ao capitalismo significa inseri-la, plena e definitivamente, no mercado nacional e internacional, nas trocas mediadas pelo dinheiro sob a égide do capital industrial e financeiro. Significa transformar seus recursos naturais em valores que pudessem ser incorporados ao circuito das trocas monetárias com a produção industrial nacional ou internacional, isto é, se tornar parte integrante da circulação do capital. Isso não podia ser realizado sem a mobilização do trabalho que valorize esses recursos (terras, mata, minério), isto é sem a formação de um mercado de força de trabalho (HÉBETTE, 2004, p. 62).

A integração ocorre descaracterizando o contexto histórico e a formação econômica e social da região. Percebe-se o impacto mediante a alteração na apropriação dos recursos naturais e com a desestruturação da realidade social local, condicionando a população à marginalidade dos resultados dos empreendimentos realizados. O formato coercitivo da ação integradora suprime a independência e autonomia dos lugares submetidos à dinâmica imposta pelo capital.

Nesse sentido, Brito (1999, p. 207) afirma que:

A política de desenvolvimento, que canha a modernização forçada, mostra que o projeto de desenvolvimento reduz-se à dimensão do crescimento econômico. Desse modo, o circuito econômico mais importante é tangível aos grandes empreendimentos modernos, porque eles proporcionam de imediato um choque ao mundo tradicional. A superposição dessas duas lógicas organizacionais resultou em uma transformação da face socioeconômica regional. De um lado, apareceram os enclaves, com sua organização moderna potencializando o instrumental de domínio sobre a natureza, fruto do acelerado desenvolvimento das forças produtivas. De outro, à medida que não é capaz de interagir o contingente populacional no seu nível de produção, são potencializados os mecanismos de exclusão.

Mendes (2006, p. 142-43) em sua obra célebre intitulada “A invenção da Amazônia” destaca que a integração, a qual o autor tratou como interdependência, faz com que a Amazônia sai do isolamento físico via novas alternativas de transporte e melhoria das comunicações, permitindo consequentemente o acesso a novas frentes de produção. Por outro lado, Mendes afirma que:

Esta interdependência física não age, todavia, necessariamente, no sentido de assegurar ou ampliar a interdependência econômica, a sociocultural, a política e a institucional-administrativa. Ao contrário, tende a agravar essas dependências e consequentemente o efeito de dominação do Centro-Sul sobre o Extremo Norte. [...] tendo feito inclusive cunhar a expressão ‘efeitos perversos’ não no sentido moral, mas no sentido etimológico de desvio do caminho traçado (2006, p. 143).

No momento em que as diferentes frações do capital buscam se reproduzir, são propagadas vinculações mercantis, acelerando a divisão interregional do trabalho. Ocorre, assim, situação semelhante à descrita por Marx (1984, p. 295) para quem “o regime capitalista se choca com a barreira do produtor que possui suas condições de trabalho” e, então, o capital expropria os trabalhadores e transforma seus meios de produção em condições prévias para a expansão do capital.

As frações de capital, desse modo, tentam reservar espaços privilegiados para acumulação. Nessa perspectiva, Brandão (2007, p. 77) destaca que a fase de integração deriva da natureza concorrencial entre as diferentes frações do capital que se aloca na região. Para enfatizar a afirmação, o autor cita o seguinte trecho de Egler (1993, p. 155).

De um lado o capitalismo busca ampliar ao máximo o espaço econômico para realizar-se enquanto valor que se valoriza, de outro a concorrência visa segmentar este espaço em territórios econômicos onde frações de capital definem as regras do jogo através de mecanismos políticos e econômicos.

As alocações dos capitais na região foram estimuladas por meio de incentivos fiscais e créditos oferecidos pelo Estado, a

exemplo disso Picoli (2006, p. 39) apresenta a informação da Sudam (2001) referente ao valor em reais (R\$) distribuídos entre os anos de 1966 e 2001, de R\$ 10.684.474.105,07 para projetos aprovados em nove Estados da Amazônia brasileira. O objetivo principal dos incentivos era tornar a Amazônia integrada ao mercado mundial. Essa política de integração propagou a séria na região ao contribuir para a desapropriação, mudança nos hábitos, e com isso, aumentando a violência. O autor afirma que o “projeto consegue implantar com sucesso o modelo de expansão capitalista em detrimento às massas”.

De acordo com Loureiro (2009), o projeto de integração foi estratégia de sucessivos governos da ditadura e mesmo os posteriores. A aliança dos Governos com os grandes capitais propiciaram sem cessar a produção e reprodução da desigualdade e exclusão social das camadas desfavorecidas, deixando não só muitos sujeitos de fora dos benefícios concedidos como também perderam suas terras e o próprio modo de vida.

Em consequência desse processo, criou-se nova formação de trabalhadores, “de expropriados a marginalizados, de marginalizados a explorados, de explorados a superexplorados”, segundo Picoli (2006, p. 43) trata-se do capitalismo de centro que transfere suas estratégias para o capitalismo periférico.

A integração da Amazônia na divisão interregional foi uma estratégia de ocupação da fronteira de expansão do capitalismo, deslocando de áreas “concentradas” para espaços em que possibilitava o agente privilegiado (capitalista) a condição de ditar, (re)desenhar, delimitar e negar domínio de ação e raio de manobra de outrem (BRANDÃO, 2007, p. 84). Nesse sentido, não existe um processo de globalização, ou melhor, de uma sociedade global de acordo com o modelo fordista, como destacou Hurtienne (2009, p. 154). Não há, portanto, uma tendência de “transformar os espaços, o tempo, os homens, as mulheres, as relações entre o homem e a natureza, as formas sociais, numa equidade social”, pelo contrário, trata-se do processo de apropriação de fontes de energia renováveis e de outros recursos

naturais disponíveis com custos mínimos ou até sem custos para o capital.

A mudança ocorrida com a integração da Amazônia ao mercado nacional se dá no sentido de romper com os limites do modo de produção capitalista e fazer no espaço com que cada fração do território seja utilizada na produção racionada, de modo que as características autóctones passem a ser adotadas pelos atores hegemônicos e, assim, fazendo o ordenamento intencional e específico do espaço.

O movimento gerado na Amazônia quando forçada sua integração à economia nacional ficou registrado por Loureiro (2009, p. 112) como “modernização às avessas”, por contrastar com os outros processos de modernização que sucederam no mundo ocidental. O ocorrido, segundo a autora, frustrou as expectativas de proporcionar às camadas sociais desfavorecidas as materialidades e os benefícios imateriais no âmbito da cultura, da educação, da saúde. A modernização às avessas representa os equívocos políticos, sociais e econômicos que impregnaram a região ao longo da história.

No ordenamento da Amazônia, são percebidas duas fases, as quais foram notadas e apreendidas do texto ‘A teoria moderna da colonização’: Na primeira fase, ao se deparar com a barreira dos produtores com possibilidade de acumular para si e permanecer proprietário de seus meios de produção, o capital se utiliza de estratégias da deterioração, expropriação e espoliação, etc. a fim de não comprometer sua expansão; a segunda fase é caracterizada a partir do momento em que a massa da sociedade começa a expropriar a si mesma em honra da acumulação do capital.

Na Amazônia, estabelece-se a divisão entre os meios de produção e o próprio trabalho, incidindo na desigual distribuição do produto, conseqüentemente, a expropriação e concentração de terras, relações de trabalho adversas condicionadas pelo capitalista. Constituem-se em função desse processo diferentes formas do trabalhador vender a ‘própria pele’ e formas de apropriação degradante dos recursos naturais.

A Amazônia passa a vivenciar, no contexto estabelecido pela interferência do capital, relações cada vez mais degradantes como consequência da materialização da subordinação ao capital. Cabe destacar que essas relações podem ser entendidas nas formas descritas por Marx (1985) como subsunção formal e subsunção real.

Nesse sentido, Picoli (2006, p. 96) afirma que no desenvolvimento extensivo e cumulativo, os capitalistas usaram vastas áreas de terras e também a tática da expropriação dos posseiros e dos povos tradicionais. O autor ressalta ainda que “a lei de acumulação é a relação entre trabalho pago e não pago, fruto do prolongamento e da intensificação das jornadas de trabalho, bem como da redução dos salários”. Nesse sentido, a acumulação se faz submetendo os trabalhadores ao decréscimo da remuneração do trabalho pelo que se paga ou pelo aumento de trabalho.

Em verdade, o poder hegemônico passa a enquadrar e hierarquizar as relações, processos e estruturas para incorporar todos em sua órbita, isso, forjando e cristalizando relações de força que determinam os limites e condicionam as ações dos subalternos. O poder orquestrador faz isso ocultando ao máximo os conflitos e fissões, regulando as contradições presentes nas diversas frações do capital.

O controle exercido pelo capital na Amazônia, bem como perpetuação da condição imposta pelo atrelamento à economia nacional se faz devido ao modo de produção capitalista ter ‘evoluído’ ou, como exposto aqui, ter ‘superdesenvolvido’ ao ponto de estabelecer diferentes formas na apropriação dos meios de produção e nas relações sociais. Não se pode deixar de compreender que a separação do produtor dos seus meios de produção, a criação da mercadoria, o lucro e, por fim, a acumulação do capital na Amazônia pode ser promovida pela forma primitiva, autoritária, mercantil ou mundializada.

Nascimento (1983, p. 181) explicita o quanto a tendência descrita em ‘O Capital’ remete à realidade dos dias de hoje na Amazônia ao citar o seguinte trecho da obra de Marx:

Esta dissolução entre condições de trabalho e produtores, que constitui o conceito de capital, inaugura-se com a acumulação primitiva depois aparece como processo ininterrupto na acumulação e concentração do capital e agora finalmente se expressa pela centralização em poucas mãos de capitais já existentes e pela descapitalização (a nova forma de expropriação) de grande número de capitalistas (MARX, 1975 apud NASCIMENTO, 1983, p. 181).

Nesse sentido, a mudança na forma de expropriação deve ser estudada não de modo isolado, mas em conexão com o processo de concentração e centralização. Por esse prisma, explicar a transformação na Amazônia, assim com a separação do produtor direto dos seus meios de produção deve-se fazer entendendo o aprofundamento do processo de integração à economia nacional, ou seja, com a expansão do próprio modo de produção capitalista sobre o território amazônico. Tal circunstância, contudo, aprofunda os desequilíbrios regionais.

Esse processo teve êxito para o capital principalmente em função da participação do Estado brasileiro, que se colocou a serviço dos grandes conglomerados capitalistas (nacionais e internacionais) por meio de programas, incentivos e créditos.

O Estado brasileiro facilitou a expansão capitalista na região, tendo como estratégia os incentivos fiscais e crédito. A análise histórica mostra que em escala internacional, a reprodução do capital não se efetiva sem a participação do país. Na última fronteira de ocupação brasileira, desde que foi instalada a ditadura militar brasileira, a penetração de forma capitalista foi intensificada com ampla organização do poder do Estado (PICOLI, 2006, p. 45).

O modo de produção capitalista encontra na Amazônia mecanismos facilitados para penetração e expansão da lógica de acumulação ao desencadear relações de sujeição dos posseiros, indígenas e dos colonos residentes ou os recém-chegados. Configura-se a região como espaço de apropriação dos recursos naturais pelos capitais nacionais e internacionais por meio de cooptação e/ou expulsão das populações e dinâmicas locais.

Dessa forma, aprofundam-se as desigualdades socioeconômicas e produtivas, o capital impõe sua dinâmica mediante ao seu interesse de transformação ou perpetuação da forma de produção que está interferindo, reproduzindo a heterogeneidade estrutural como forma de sua manutenção e autovalorização.

### **3 A ESTRUTURAÇÃO DA AMAZÔNIA EM TERRITÓRIO**

Mesmo antes da oficialização do lema ‘homens sem terra para terra sem homens’, usado pelo Governo com o intuito de estimular o deslocamento de pessoas para a região, o processo migratório já era impulsionado pelo Estado como mecanismo de vazão à população que passava por diferentes problemas socioeconômicos no restante do país e por instituições que tinham a ocupação como possibilidade de acumulação do capital. Vários são os momentos que explicitam o fenômeno de colonização interna do país.

Uma das consequências da forma como foi integrada a Amazônia à economia nacional diz respeito à interferência na dinâmica socioeconômica e produtiva pré-existente. Nesse contexto, pode-se afirmar que ocorre uma mudança na configuração geral da Amazônia que afeta de modo inequívoco não apenas a economia, mas os hábitos e costumes da população. A mesma deixa de ser entendida como uma região geográfica no limite da porção norte do país para tornar-se um território complexo, com uma multiplicidade de conflitos em seu interior por conta dos choques de lógicas e disputas pelo domínio dos espaços.

O conceito de região<sup>5</sup> adotado caracteriza dois aspectos fundamentais: o de localização e o de extensão, esse empregado como:

Uma referência associada à localização e à extensão a limites mais ou menos habituais atribuídos à diversidade espacial, [...] há o pleno encontro do homem, da cultura com o ambiente, a natureza; a região é a materialidade desta inter-relação, é também a forma localizada das diferentes maneiras pelas quais esta inter-relação se realiza (GOMES, 2003, p. 53-54).

O mote está na complexidade criada e imposta à dinâmica amazônica, o que antes era entendida como uma síntese de elementos físicos e sociais em integração, reconhecida pela descrição de uma paisagem, critérios econômicos, políticos e administrativos determinados, passa a ser observado como espaço de disputas, de e pelos interesses adversos, predominantemente sendo conduzido por forças externas ao modo de vida local, tornando-se um *locus* de confronto pelo poder.

Não que não existissem conflitos e disputas anteriormente. O fato é que a expansão do modo de produção capitalista e a chegada dos diferentes grupos de interesses promoveram alterações e o aprofundamento dos embates. Com os novos ocupantes, ressalta-se o exercício do poder sobre o espaço, tendo assim o entendimento de território como produto (produzido) pela prática social e também produto (consumido) vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto a prática social (BECKER, 1983, p. 8), isto é, resultado do conjunto das novas e velhas relações de produção que determinam a dinâmica econômica no território.

O conceito de território<sup>6</sup> fundamenta a compreensão multidimensional do poder, a dinâmica dos atores e suas apropriações dos espaços e até mesmo, a transformação, a reestruturação territorial. Nesse sentido, não é apenas “o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas [...], por isso, precisa ser entendido como ‘território usado’, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. Logo, tendo a concepção do território usado e não em si mesmo (SANTOS, 2007, p. 14).

Tal interpretação não representa a depreciação do conceito de região e a minimização de sua importância, principalmente quando se leva em conta o processo de constituição da Amazônia no contexto nacional e internacional, tendo em vista o aspecto da divisão do trabalho. A proposta, por outro lado, permite a compreensão de um sistema complexo, da trama constituída a partir da variedade de

sujeitos territoriais que ai se instalam. Nesse sentido, é importante retomar a definição feita por Souza, para quem território é:

Fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relação de poder. A questão primordial, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Esses aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese do território [...], mas o verdadeiro *leitmotiv* é o seguinte: quem dona ou influencia e como dona ou influencia esse espaço? Este *leitmotiv* traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inesperável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem dona ou influencia quem nesse espaço, e como? (SOUZA, 2003, p. 78-79).

Um ponto importante dentro dessa delimitação conceitual trata-se da referência à metamorfose que sofre o território em função do dinheiro. Santos (2007, p. 15) enfatiza que num determinado momento da história o território delineado regia o dinheiro, portanto, o “território era usado por uma sociedade localizada, assim como o dinheiro”, quando esse se torna medida de valor atribuído ao trabalho e seus resultados passam a ser determinantes nas relações, com isso a circulação sobrepõe à produção.

A ditadura do dinheiro faz com que o capital se movimente geograficamente, explorando as oportunidades abertas pelas vantagens locais. Essa mobilização, bem como a desorganização e degradação caracterizam o caos para as sociedades que são subjugadas nas relações e para o capital torna-se uma das formas de impor a sua lógica na reorientação do funcionamento do território.

De acordo com Silva (2007, p. 297) o movimento do capital na abertura de novas fronteiras, “normalmente ignora o espaço vivido das comunidades locais e busca refuncionalizá-lo em função da acumulação capitalista” e, por isso, o estudo da fronteira deve ser feito mediante a compreensão dos processos que expressam formas, estruturas,

movimentos e interações espaciais que permitam compreender não só as alterações nas relações e dinâmicas impostas ao ‘mundo do outro’, mas como tentativa de consolidação de um mercado mundial único.

Na Amazônia, o território constitui um novo perfil econômico e social, no qual o humano e o meio ambiente são subsumidos pela ação das diferentes frações de capital que se aproveitam das condições e relações locais para se reproduzirem. Nesse sentido, assume-se a assertiva feita por Souza (2003, p. 79) “de que toda relação de poder desempenhada por um sujeito no espaço produz um território”, o que evidentemente irá a depender da intensidade e da forma da ação de poder no espaço originará diferentes tipos de territórios. Portanto, há necessidade de saber quem são os sujeitos territoriais que produziram e ainda produzem o espaço e têm o objetivo de criar territórios.

#### **4 A APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO**

Embora se considere a década de 1970 como marco do processo de ocupação da última fronteira brasileira, a iniciativa de integrar a região à economia nacional já vinha sendo planejada e executada há algum tempo, desde pelo menos a década de 1950, quando o Governo Federal considerou que as dinâmicas locais ou o povoamento por migrantes descapitalizados não garantiria o desempenho regional esperado. Ocorre em meados da década de 1970 que o Estado Nacional assume o papel de indutor do processo, estimulando o acesso das empresas à região e, por consequência, a configuração do território de contradições e conflitos.

Nas primeiras décadas de expansão da fronteira amazônica, a terra de trabalho era ocupada pelos antigos moradores e por migrantes pobres que o Governo federal estimulava através de suas ações políticas. Da mesma maneira, a terra de negócios era ocupada por empresários financiados por dinheiro público ou influenciados por políticas nacionais voltadas para a região (LOUREIRO, 2009, p. 72).

A partir da década de 1950, dá-se início as tentativas e estratégias de modernização patrocinadas pelo Estado nacional. Este feito tem o marco inicial na institucionalização do processo de valorização econômica da região, através do dispositivo previsto na Constituição Brasileira de 1946 (PANDOLFO, 1994; MONTEIRO; COELHO, 2004). A partir de então, a aplicação racionalizada de capitais, fica sob a coordenação do Estado, para planejar o desenvolvimento, o qual delibera que a Amazônia teria por vinte anos consecutivos o investimento de 3% do total da receita de impostos federais.

A execução do plano de desenvolvimento ficou a cargo da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), criada pelo Decreto de nº 1.806, em janeiro de 1953. Esse Decreto previa a ampliação da Amazônia e, com isso, a definição de “Amazônia Legal” (PANDOLFO, 1994, p. 48). Dentre as ações realizadas pela superintendência estão: o exame preparatório da realidade amazônica, que tinha como objetivo levantar os principais problemas básicos e as condições para os empreendimentos; o Programa Emergencial (1954), primeira tentativa de planejamento regional; e o I Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia para o período 1955-59.

Notadamente, a obra que define a atuação da SPVEA para integração da região é a construção da rodovia Belém-Brasília. A obra redesenha a ordem regional, desde a substituição dos principais meios de transportes até a fixação de um numeroso contingente humano de outras regiões em espaços antes despovoados. Todavia, esse processo se caracteriza desordenado no que diz respeito à configuração do território.

Em relação à abertura e construção da rodovia Belém-Brasília, Costa (1998) faz a ressalva de que se constitui um marco para Amazônia devido à aceleração do fluxo migratório, e assim, destaca.

A construção da Belém-Brasília vem constituir-se em marco na aceleração desses fluxos que, provindo do Sul, via Goiás e nas Gerais, e do Nordeste, via Maranhão, penetram a Amazônia

(Velho, 1972; Hébette; Marin, 1979). Tem-se, assim, ao longo dos anos 60, o definitivo estabelecimento da fase amazônica do desenvolvimento da chamada ‘fronteira agrícola’ nacional (COSTA, 1998, p. 44).

Apesar dos resultados obtidos com a política de valorização econômica coordenada pela SPVEA, partindo da hipótese que a estruturação da sociedade local e a dinâmica adotada seriam incapazes de proporcionar o desenvolvimento regional, o governo intensifica as políticas de ocupação no intuito de atrair os empresários do Centro-Sul para a região, estabelecendo um “modelo de desenvolvimento amazônico”. O Estado teria a responsabilidade de indução do crescimento econômico, no entanto, como afirmou Monteiro e Coelho (2004, p. 103), “ao promover a expansão capitalista, o Estado nacional promoveu alterações nas dinâmicas sociais existentes na região”.

Tradicionalmente, o posseiro operou como desbravador do território, como amansador da terra. A verdade é que, pressionado pelas empresas capitalistas interessadas em desalojá-lo de suas terras, foi frequentemente utilizado para deslocar os grupos indígenas, para avançar sobre a terra deles, desalojando o índio, porque desalojado pelo capital. No caso mais recente e atual da ocupação das novas regiões, como se dá na Amazônia, a verdade é que o capital amplamente estimulado pelo Estado já avança, ao mesmo tempo, sobre terras de posseiros e terras indígenas (MARTINS, 1991, p. 67).

Configurou-se, nesses termos, uma política de desenvolvimento regional semelhante à aplicada na região Nordeste, tendo incentivos fiscais e apropriação facilitada de terras para grandes empresas e fazendeiros. A consequência dessa política se dá na mudança das dinâmicas sociais e ecológicas, acelerando a substituição das florestas e a ampliação da concentração fundiária.

A concepção que prevalece à época é que somente o grande capital seria capaz de efetivar a modernização do território. Dessa forma, esse contou com a proteção do poder público, com isenção de impostos, incentivos fiscais, juros simbólicos ou negativos. O

grande capital, além de contar com os incentivos, dava preferência às terras de qualidade já desmatadas pelos indígenas e posseiros, usufruindo da conhecida ‘Operação Amazônia’.

Neste processo, os colonos, os posseiros e os povos originários serviram na sua grande maioria de amansadores da terra, visto que quem chegava depois eram os capitalistas, com a documentação das terras, algumas vezes legal, outras forjadas. As possíveis irregularidades na documentação das áreas eram oriundas da indústria da falsificação promovida pela grilagem da terra (PICOLI, 2006, p. 56).

Os órgãos do governo como Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Banco da Amazônia S.A (BASA), foram colocados à disposição dos investidores. Para Costa (2000) o que acontece é que os incentivos capitalizaram velhas e decadentes oligarquias paraenses e propiciaram os latifúndios das frações da elite local. Atendeu-se, assim, em parte, à reivindicação regionalista de favorecimento, pela via da política do governo federal, ao homem amazônico. Desse processo, resultou a modernização de alguns segmentos tradicionalmente ligados à propriedade da terra ou a sua transformação em fazendeiros modernos ou, ainda, sua metamorfose em empresários urbanos produtivos ou especuladores. De qualquer modo, o que ocorre é a reoligarquização do agrário regional.

Em continuidade à política de desenvolvimento da Amazônia, o governo General Médici lançou na década de 1970, o Programa de Integração Nacional – PIN, que se articulava com o Programa de Redistribuição de Terras – PROTERRA.

Este programa foi lançado, na Amazônia, em 1970, comandado diretamente pelo governo federal, tendo como principais objetivos a construção dos dois grandes eixos rodoviários – a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica – o ambicioso programa visava à ocupação econômica da área de influência dessas rodovias (PANDOLFO, 1994, p. 77).

O programa foi baseado no conceito de planejamento de eixos de desenvolvimento, prevendo a construção de várias estradas de longa distância, sendo que essas serviriam de roteiros de integração para a Amazônia, ‘corredores de desenvolvimento’, como ficaram conhecidas.

Após a investida na participação de pequenos e médios produtores no desenvolvimento regional, o governo retoma a ideia de dinamização regional por meio da ação de grandes investimentos empresariais via a implantação das atividades agropecuárias, extrativas e industriais que gerassem divisas para o pagamento da dívida externa. A política de incentivo aumentou significativamente a pressão sobre a floresta devido à correlação direta das áreas de pastagens com a exploração de madeira.

No final da década de 1970, com o intuito de cumprir a meta proposta, o Governo Federal decide arcar sozinho com os custos referentes à construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e patrocinar a infraestrutura urbana e portuária necessária ao funcionamento das indústrias de transformação mineral, a Albras e a Alunorte em Barcarena – PA e a Alumar em São Luís – MA.

Além dos incentivos fiscais concedidos em nível federal, em consonância com o modelo de desenvolvimento industrial do Polamazônia, as empresas atraídas para a região contaram com as políticas de renúncia fiscal adotadas pelos estados federados visando auxiliar a instalação local de empresas e promover a verticalização e a diversificação da produção industrial, repetindo a estratégia federal de criar infraestrutura básica e de isentar as empresas do pagamento de impostos (MONTEIRO; COELHO, 2004, p. 111).

Com esse estímulo governamental, ocorre durante as décadas de 1970 e 1980, a investida de várias empresas com projetos, sobretudo no setor minerador. Dentre essas, destacaram o Projeto Carajás, que assume o caráter de Programa de Grande Carajás sob coordenação da Companhia Vale do Rio Doce; Projeto de mineração Rio do Norte; Projeto Albrás (Alumínio Brasileiro S.A.); Projeto Alumar (Alumínio do Maranhão S.A.); Projeto

ICO (Indústria e Comércio de minérios S.A.); e Projeto Jarí. Analisando essa fase da história da Amazônia, Oliveira (2009, p. 83) atrela a esses grandes projetos a recente expansão econômica da região e frisa que isso se fez por meios idênticos ao da conquista original do país e por isso utiliza a expressão ‘reconquista’.

Na verdade, tem-se percebido o processo, em que o capital com suas diferentes formas, inclusive apoiado em políticas ambientais, explora os recursos naturais e submete a população a trabalhos cada vez mais desumanos. Tal processo, assemelha-se “à reversão colonial” como definiu Sampaio Jr. (1999, p. 427), ou ainda, como afirmou Santos (2006) por estarmos vivendo a formação econômico-social de regressão à situação colonial de novo tipo, ao aceitar os ditames do capital internacional.

A afirmação se faz por não perceber que tenha havido alterações incisivas nos fundamentos básicos dos planos que se seguiram: ‘Brasil em Ação’ (1996-1999), ‘Avança Brasil’ (2000-2003) e, mais recentemente, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Os programas coordenados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, como o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF, o Programa de Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, além do Plano da Amazônia Sustentável – PAS.

Em que pese às especificidades e adequações de cada programa, todos, continuam recorrendo ao discurso da necessidade de criação dos eixos estruturadores do desenvolvimento regional, o que certamente não contribui para o desenvolvimento da Amazônia se levado em consideração o potencial endógeno e as dificuldades específicas do território, caracterizando a continuidade forjada da expansão do capitalismo. Não há aqui uma defesa do localismo, mas sim uma crítica à integração, que não ponderou as múltiplas escalas e as relações já constituídas no território.

Um exemplo das incongruências geradas recentemente por programas governamentais que caracteriza a expansão capitalista pelo território em detrimento as condições locais é a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, na mesorregião Sudoeste do Pará, no rio Xingu, constituída como obra de governo e estabelecida como meta do PAC.

Importante frisar que o primeiro transtorno gerada a população local está no aumento expressivo no contingente populacional, ocorre conseqüentemente problemas de ordem básica para população, como falta de atendimento hospitalar, aumento nos preços dos imóveis ao passo em possibilita a contratação de mão-de-obra em condições de subemprego por conta do exercito de reserva estabelecido pelo fluxo migratório de trabalhadores volantes oriundos de outras regiões.

Dados da Secretaria de Planejamento do Município apresentam que a população altamirense encontra-se bem acima do número registrado pelo IBGE em 2011, população de 100, 74 em mil. Os dados sistematizados pela SEPLAM, foram feitos a partir de dois estudos: por meio do aumento na coleta de lixo entre todo o ano de 2011 e o mês de janeiro de 2012, o qual estimou a população de Altamira em 148.053 pessoas; e o outro considerando os atendimentos de urgência/emergência no Hospital Municipal São Rafael entre os anos de 2010 e 2011 e os dois primeiros meses de 2012 que estimou a população em 143.918 pessoas. Por isso, a secretaria de Altamira atua considerando a média dos dois estudos, 146.224 pessoas, alegando defasagem ainda nos primeiros meses do ano de 2012.

O crescimento econômico e populacional adjacente à falta de infraestrutura na cidade ocasiona a intensificação de problemas sociais, problemas na saúde e problemas na segurança, além da tendência de crescimento das aglomerações em condições subnormais, registrados no ano de 2010, o número de 2.026 casas nestas condições totalizando uma população de 8.253 residentes (IBGE, 2010). Esses dados são fundamentais para exemplificar e apoiar na compreensão da desordem causada por dinâmicas capitalistas.

Entende-se que os aglomerados subnormais tenham aumentado vertiginosamente em conseqüência a dinâmica econômica e à atração de migrantes ocasionadas pela obra, e também pela realocação de pessoas atingidas pelo empreendimento, principalmente, famílias da área rural que tem deslocado para cidade.

A obra iniciada em 2009 tem gerado conseqüências diretas na transformação do território. Esse processo pode ser notado, melhor, vivenciado no microterritório de Altamira, porção localizada no Sudoeste do Estado do Pará. Esse microterritório sofrido diversas transformações socioeconômicas ocasionadas pela especulação e início da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Obra do Governo Federal, mantida através do Programa de Aceleração Para o Crescimento (PAC), com intuito de subsidiar a modernização industrial brasileira, arquitetada por empreiteiras nacionais e internacionais.

Ao mudar o curso do rio será criado dois novos ambientes: um de cheia e outro de sequeiro, que alterarão drasticamente o habitat de inúmeras espécies de animais, desde insetos a peixes encontrados apenas nesta parte da bacia do Xingu, mais que isso, os modos de vida das famílias residentes nos dois ambientes sofrerão conseqüências que alterarão suas formas e ritmos de trabalho e/ou provocará a saída do lugar que mora e trabalha.

Na verdade, trabalhos de campo feitos nas localidades: Santo Antônio e Vila da Baixada já mostram resultados consideráveis dos impactos do empreendimento no lugar. Relatos de agricultores enfatizam que não é mais possível pensar a produção no local, nem tão pouco morar.

Os agricultores assumem estarem sendo pressionados por agentes do empreendimento a aceitarem propostas indenizatórias feitas pelo consórcio, caso contrário sofrerão as conseqüências sem acessar minimamente os seus direitos.

Em entrevista o agricultor (66 anos, Vila da Baixada – Km 27) ao ser perguntado o que ele percebia com a construção da hidrelétrica, o mesmo respondeu estar sendo prejudicado, pois não havia acordo com a

empresa, a exemplo dessa afirmação explicita-se um trecho da entrevista sobre a abertura de uma estrada: “olha o que eu sinto é que eu estou sendo prejudicado e eles não querem entrar num acordo, de fazer estrada por onde eu escolhi, eu na verdade não tenho direito, o direito é todo deles, de escolher o que é que eles querem na minha terra, eles não querem me dá o direito”.

Durante a entrevista evidenciou o embate sobre a construção de uma estrada para o escoamento dos materiais na terra de um agricultor, no qual os interesses destoam do esperado em indenização a ser paga ao morador. Essa realidade pode ser generalizada nas áreas em que os agricultores estão sendo retirados, nota-se no processo a opressão e supressão dos direitos da população. Notadamente, vivencia-se em pleno século XXI um processo de espoliação controlado pelo capital e subsidiado por ações do Estado.

Um dos líderes comunitários da comunidade de Santo Antônio, pescador (58 anos), fez um apelo em entrevista concedida, “...estou pedindo, divulgue isso lá fora, mesmo que agente não vá ter uma vitória aqui, mas que isso, que o mundo sabe o que está acontecendo AQUI, pois agente sai daqui pra São Paulo e ninguém sabe o desastre que tá tendo aqui”.

O relato da liderança ecoava com desespero de quem faz frente ao empreendimento que não respeita as especificidades do local e nem tão pouco responde as inquietações e expectativas das famílias. O mesmo pescador (58 anos), ao ser perguntado sobre sua expectativa daqui para frente, o que ele pretendia fazer para o futuro? Destacou:

Essa pergunta sinceramente é difícil, eu vivo de um cacauzinho, mas eu fui fazer um levantamento lá e esse cacau não dá pra mim sobreviver, eu preciso de roupa, de calçado, de remédio, pagar água e pagar luz. Eu tava com esperança de pegar a carta de crédito e comprei uma chácara com 49 mil e sobrou 9 mil, e esses 9 mil eles não me passaram. Eu não tenho muitas contas, mas essas contas fazem eu não dormir [...] eu não sei roubar, eu já cheguei nas pessoas as vezes sabe, não tenho vergonha de chegar com alguém e falar eu tô na pior [...] não sei filha, não

sei realmente o que vou fazer, eu já pensei em vender tudo e ir embora, mas eu não vou fazer isso não. Eu tô pronto pra lutar, não sei exatamente o que vou fazer, eu não vou dá uma de molhe aqui não, não vou dá uma de durão não e não sou melhor do que ninguém, eu tô pronto pra lutar e vou até o fim (Pescador, 58 anos – Comunidade Santo Antônio).

Os relatos mostram a dificuldade que a população atingida tem em manter seus modos de vida, em um contexto deteriorado da construção democrática e cidadã. Além de exemplificar a ineficiente ou proposital relação entre sociedade civil, Estado e iniciativa privada.

Monteiro e Coelho (2004) ao analisar os programas governamentais evidenciaram a necessidade de se fazer o debate sobre a capacidade de investimentos em infraestrutura provocam de fato o dinamismo regional ou geram novos desequilíbrios entre municípios e regiões. Alguns estudos, neste sentido, foram feitos ao longo da década de 1980, passado mais de duas décadas considera-se importante compreender como estão estruturados os programas e a quem de fato tem servido os incentivos e quais foram às mudanças que esses proporcionaram no cenário da Amazônia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que o movimento do capital interfere em diversos aspectos da realidade amazônica, principalmente, devido à imposição direta nos diferentes momentos da história, os quais alteraram tanto as estruturas produtivas quanto a própria formação econômico-social do território. Nesse sentido, é que Santos (1989, p. 26) afirmar que “a persistência da tradição da Amazônia, tem seu crescimento orientado exogenamente, de modo como se permanecesse voltada para fora de si mesma”.

A condição de voltada para fora não elimina o velho estilo de produção o que ocorre é um “realinhamento no esquema de dependência” (SANTOS, 1989, p. 27). É o espírito econômico que passa a operar na Amazônia gerando o que designou chamar de desigualdade da importância relativa dos

elementos estruturantes do capitalismo, alterando os valores antes adotados pela população.

O território, portanto, passa por uma reconfiguração integrando e favorecendo os empreendimentos capitalistas, as relações com mercado e as políticas públicas consequentemente, como responsáveis pela dinâmica progressiva de alteração nas formas de produção e das relações pré-existentes.

A reconfiguração do território favorecendo o avanço capitalista foi explicitado por Carvalho (1984) ao enfatizar que a estratégia de ocupação delineada nos planos de desenvolvimento regional estabeleceu uma nova política de desenvolvimento econômico, centrada no grande capital monopolista com apoio estatal o que acaba por gerar um movimento complementar e contraditório entre os atores do território.

A estratégica parceria entre Estado e capital fez com esse avançasse sobre o território amazônico, impondo sua lógica por meio das diferentes formas de apropriação, espoliação e convencimento do outro, argumentando ser em prol do bem-estar social e o desenvolvimento regional. Principalmente no período, década de 1970, após políticas de integração da região à econômica nacional.

A integração da Amazônia à econômica nacional desencadeou o processo de redefinição das relações sociais transformando a configuração de região para constituir-se um território. Território pautado pela coexistência e disputa de racionalidades quanto à posse da terra, ao uso dos recursos naturais e a expectativa de reprodução social.

O território Amazônia não pode a partir de então ser compreendido como fronteira. O período da história econômica da Amazônia pautada nos moldes dual cede espaço às relações complexas no valor de troca em que os sujeitos são levados ou resistem à expansão do capital sobre o território. Ao invés de região fronteira a Amazônia passa a ser um território de fronteiras, essas condicionadas pela dinâmica do capital que se vale das adversidades para estabelecer suas diferentes

formas na configuração necessária para reprodução e expansão do capital.

Especificamente, no caso da Amazônia Paraense, podem-se perceber pelo menos três territórios distintos, os quais explicitam o movimento de interferência capitalista no interior do Estado do Pará. Sendo que o território com mais tempo de ocupação define como Consolidado, que tem polo o município de Belém e agrega as Mesorregiões Metropolitanas de Belém, Marajó e Nordeste Paraense.

As Mesorregiões do Sul e Sudeste do Estado são o que se considera Território Aberto, porém Controlado, que tem como marco histórico o massacre de Eldorado dos Carajás e a territorialidade dos movimentos sociais do campo. O município de Marabá assume a responsabilidade do Território Aberto, porém Controlado (As Mesorregiões do Sul e Sudeste do Estado).

O terceiro território, Território Expansão, caracteriza-se pela área da que congrega as Mesorregiões do Baixo Amazonas e a do Sudoeste do Estado. Esse território caracteriza o conflito e a disputa recente pela terra entre os produtores familiares e grandes capitalistas, estruturando o espaço com diferentes sujeitos territoriais com velhas e novas dinâmicas sócio-produtivas. Recentemente acirrou-se os conflitos por terra e este fato ganhou repercussão com o assassinato da missionária Dorothy Stang, em 12 de fevereiro de 2005.

A divisão nos três territórios caracteriza a história de ocupação e uso das terras no estado do Pará pelos capitalistas. Esses formam três momentos de fronteira no interior do Estado, assim como apresentam características distintas no que tange a formação econômica e social específica de cada território.

Segundo Carvalho (2000), o Nordeste Paraense e áreas próximas a Belém (Território Consolidado), têm sua ocupação em função da mobilidade interna de paraenses após a queda da economia da borracha e devido à migração de nordestinos fugindo do processo de seca.

Desde os meados do século XIX, especialmente com a grande seca do Nordeste em 1877, migram

para a Amazônia nordestinos em grandes lavas, tanto de forma 'organizada' por governos, como de forma espontânea. A atividade econômica principal, o extrativismo-exportador, necessitava da agricultura para subsidiá-la (SANTOS, 1980; MOURÃO, 1989). Belém, como polo comercial, aumento de sua capacidade como mercado consumidor de alimentos básicos e de matérias-primas, permitindo a expansão da agricultura familiar em áreas próximas (CARVALHO, 2000, p. 58).

Uma característica, no espaço agrário, resultante desse processo de ocupação são os tamanhos das áreas ocupadas pelas famílias, que em sua maioria, utilizam pequenas porções de áreas para o cultivo de lavouras que abastecem diretamente o mercado local, Belém e região metropolitana.

O Território Aberto, porém Controlado, estabelece-se com o 'inchaço' populacional em função da abertura de rodovias no Estado no início da década de 1960, ocasionando o deslocamento de migrantes das diferentes regiões em busca de terras. Veiga, Oliveira e Bentes (2007) destacam a mudança que ocorre no Sul e Sudeste do Pará devido à intervenção do Estado Nacional que tinha como objetivo a melhor estruturação fundiária e a ocupação do espaço pela produção familiar. No entanto, como destacam os próprios autores.

As ações estimularam um intenso fluxo migratório de agricultores para a região na metade da década de 1970 e 1980 (em movimentos 'espontâneos' ou incentivados pelo governo), que chegam à procura de terras para se fixarem, mas também incentivaram o estabelecimento de grandes empresas agropecuárias através de concessão indiscriminada de incentivos fiscais para a pecuária; as terras passam a ser alvo de uma dura disputa pelo espaço (VEIGA; OLIVEIRA; BENTES, 2007, p. 105).

O processo de disputa marca o território com o uso da terra pela atividade pecuária, estabelecida de maneira devastadora pelo desmatamento (inclusive dos castanhais) seguido do plantio direto de pastagem, inutilizando boa parte das terras para o cultivo de lavouras. A pecuária não só contribui para a configuração do território como passa a ser a responsável pelo controle do mesmo, apesar de

iniciadas outras atividades econômicas, ao longo do tempo, são grupos pecuaristas que determinam o controle do território.

Outra fronteira caracterizada no estado do Pará corresponde ao Território Expansão, e, apesar do Sudoeste Paraense e o Baixo Amazonas apresentarem tempos de interferência de capital distintos, acreditando que em pouco tempo sejam dois territórios e não apenas um. É entendido, hoje, como um Território Expansão por haver a ação desenfreada do capital de modo expansivo e centralizada por determinados grupos econômicos, inclusive estimulados mais uma vez na história pelo Estado (União). Isso acontece como se fez noutros territórios, mediante a violência declarada ou silenciosa imposta nas relações sociais e na crescente degradação ambiental.

A ineficiência de ações governamentais, a estrutura herdada com expansão do sistema rodoviário no interior do Estado, a abertura da BR 163 (Cuiabá - Santarém) e da BR 230 (Transamazônica) e a dinâmica colonialista dos distintos capitais contribuíram para formação do mosaico de diversas formas de uso da terra e racionalidades econômicas, no qual tem prevalecido a imposição do capital.

Outrem os ocupantes tinham o extrativismo em pequena escala como atividade principal, com a formação do Território Expansão, com os incentivos governamentais para dinamizar a produção agropecuária se tem a mudança no sentido de intensificar o uso da terra para o cultivo e criação de gado.

Herrera e Guerra (2006) fazendo referência ao processo de ocupação da região da Transamazônica destacam que:

A abertura de novas áreas à exploração agrícola na Região Amazônica, acompanhada pela propaganda de apoio às atividades agrícolas e aos produtores de outras regiões (migrantes) [...], proporcionam o deslocamento de muitos agricultores para os limites da Amazônia, primordialmente com o objetivo de adquirir porção de terra para a subsistência da família. Tal fato provocou ampliação na dinâmica de exploração agrícola da região (HERRERA; GUERRA, 2006, p. 7).

Os territórios passaram por processos semelhantes em diferentes momentos de suas histórias, por exemplo, o uso desenfreado dos recursos naturais como expôs os autores foram registrados outrora noutros. O mote está em compreender que o capital à medida que percebe a possibilidade de se deslocar para o lócus de baixos custos e de oportunidades de acumulação na forma primitiva, assim o faz, não significando o abandono do território anterior. O processo se constitui estabelecendo uma rede com diferentes tipos e tamanhos de nós, simbolizando diferentes formas de interferência do capital no espaço agrário paraense.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, S.; CASTRO, E. **Processo de transformação e representações do rural-urbano em Altamira**. In: CARDOSO, A. C. D (Org.). *O Rural e o Urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas*. Belém: Ed. da UFPA. 2006. p. 161-215.
- BECKER, B. K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B. K.; COSTA, R. K.; SILVEIRA, C. B. (Org.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. p. 172
- BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Visões teóricas sobre desenvolvimento regional e a questão das escalas (mundial, nacional, subnacional e local) nas políticas regionais contemporâneas**. Brasília, DF: ENAP, 2011. 25 p. Material didático do curso 'Territorialidade e políticas públicas no Brasil'.
- BRITO, D. C. de. **Modernização da superfície**: estado e desenvolvimento na Amazônia. 1999. 296 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 1999.
- CARVALHO, D. F. **Formas de acumulação e dominação do capital na agricultura e campesinato na Amazônia**. 1984. 239 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 1984.
- CARVALHO, V. R. V. Inovação, diversidade cultural e socialidade: uma análise multifatorial das mudanças em Capitão Poço. In: COSTA, F. de A.; CARVALHO, V. R. V. et al. **Agricultura familiar em transformação**: no nordeste paraense – o caso de Capitão Poço. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2000. p. 55-93.
- COSTA, F. de A. **Formação Agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: UFPA. NAEA. 2000. .
- \_\_\_\_\_. Grande empresa e agricultura na Amazônia: dois momentos, dois fracassos. **Novos Cadernos do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)**, v. 1, n. 1, p. 23-78, jun. 1998.
- DAMIANI, A. L. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.
- EGLER, C. A. G. **Uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. p. 267.
- FURTADO, C. **Em busca de novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 101 p.
- GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003. p. 49-76.
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 1-19.

- HÉBETTE, J. Impacto social dos grandes projetos na Amazônia. In: HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: Ed. da UFPA, 2004. v. 3, p. 149-154.
- HERRERA, J. A.; GUERRA, G. A. D. **Exploração agrícola familiar e o processo de ocupação da região Transamazônica**. Belém: UFPA, 2006. 13 p. (Textos do NEAF, n. 14).
- HURTIENNE, T. P. O que significa a Amazônia para a sociedade global? In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: UFPA/ ICSA, 2009. p. 155-158.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 14 jan. 2010.
- LOUREIRO, V. R. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro. 2009.
- MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991. 182 p.
- MARX, K. **Capítulo VI: Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Moraes. 1985.
- \_\_\_\_\_. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural. 1984. livro 1, v. 2.
- MENDES, A. **A Invenção da Amazônia**. Belém: Ed. da UFPA, 1974.
- MONTEIRO, M. de A.; COELHO, M. C. N. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 7, n. 1, p. 91-122, 2004.
- MOREIRA, R. J. **Terra, poder e território**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- NASCIMENTO, M. J. M. **Acumulação capitalista e opressão camponesa: a unidade da diversidade (Sul do Pará)**. 1983. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 1983.
- OLIVEIRA, M. C. F. de. A reconquista da Amazônia. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: UFPA/ICSA, 2009. p. 3-14.
- PANDOLFO, C. **Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Belém: CEJUP, 1994.
- PICOLI, F. **O Capital e a devastação da Amazônia**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 256 p.
- SAMPAIO JR., P. de A. O impasse da 'formação nacional'. In: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 415-448.
- SANTOS, M. A. V. **Formação econômico-social brasileira: regressão a uma situação colonial de novo tipo**. Disponível: <<http://www.cecac.org.br/>>. Acesso em: 17 fev. 2006.
- \_\_\_\_\_. O Dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2007. p. 13-21.
- SANTOS, R. A. O genius de uma economia: reflexões e propostas sobre o desenvolvimento da Amazônia. In: ARAGON, Luis E.; IMBIRIBA, Maria de Nazaré Oliveira. **Populações humanas e desenvolvimento amazônico**. Belém: Ed. da UFPA. 1989. p. 66-77.
- SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton et al. (Org.). **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Lamparina. Rio de Janeiro. 2007. p. 282-314.
- SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In:

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.;  
CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e  
temas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,  
2003.

SUDAM. **Relatório anual de projetos  
aprovados em nove Estados da Amazônia  
brasileira**. Belém. 2001.

VEIGA, I.; OLIVEIRA, M. C. de; BENTES,  
F. Políticas públicas e dinâmicas locais da  
agricultura familiar no sul e sudeste do Pará.  
In: TONNEU, J. P.; SABOURIN, E. (Org.).  
**Agricultura familiar: interação entre políticas  
públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a  
partir de casos**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS,  
2007. 321p.

**Data de submissão:** 17.10.2012

**Data de aceite:** 24.11.2012

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.